



BR PARTNERS

BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Diretoria da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Corretora relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Em atendimento ao parágrafo 3º, artigo 8º do regulamento anexo à Resolução nº 3.040 de 28 de novembro de 2002, vigente à época do nosso pedido de autorização, a administração da Corretora declara sua aderência ao Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil em 2011. O Grupo BR Partners obteve a aprovação para a implementação da Corretora em junho de 2012. Em 4 de janeiro de 2013, a Corretora declarou ao Banco Central do Brasil que se tornou operacional, realizando seu primeiro trade para clientes em julho de 2013.

Cenário Macroeconômico: Em 2016, a economia brasileira viveu mais um ano de recessão influenciado principalmente pelo cenário político que se iniciou o ano. Junto com a crise política, a economia sofreu impactos diretos causados pela piora do quadro das contas públicas da união e dos estados, e também pelo ambiente inflacionário e de juros elevados durante todo o ano. A piora na economia se refletiu na perda do grau de investimento pelas três maiores agências de crédito, sendo o último rebaixamento em fevereiro de 2016. Com isso, aumentou-se o custo de crédito soberano e corporativo, os níveis de provisão em todos os setores da economia e consequentemente, permeou-se um ambiente de maior aversão a riscos. Com a troca de governo no segundo semestre, depois de um processo longo de impeachment, a nova equipe econômica, vista pelo mercado com grande credibilidade, vem trazendo gradualmente a confiança que tem se refletido no preço dos ativos locais e na convergência dos níveis de inflação, câmbio e juros que permitirão a retomada do crescimento ainda em 2017. Este governo vem demonstrando uma boa capacidade de articulação com o congresso que foi fundamental para aprovação da PEC do teto dos gastos públicos e será no caso da reforma da previdência, dentre outras. Em contrapartida, o risco de novos desdobramentos da operação lava-jato pode influenciar negativamente o passo dessa agenda. No cenário externo, iniciou-se um ciclo de aumento dos juros americanos pelo FED que vem ocorrendo de uma forma bastante gradual, tendo um efeito pouco nocivo nos mercados emergentes e no de commodities. Em junho, viu-se a aprovação do BREXIT e posteriormente em novembro, a vitória de Donald Trump à presidência dos EUA, ambos eventos não esperados, que trouxeram volatilidade para os mercados. Este último traz um grau de complexidade grande que deve ser acompanhada de perto no decorrer do

seu mandato. Apesar de encerrar o ano com um ambiente mais favorável ao que começou e as perspectivas macro-econômicas para 2017 estarem bem melhores, o momento ainda é de cautela para novos investimentos por parte do empresário, onde será fundamental a aprovação das reformas propostas pelo governo e um ambiente externo menos volátil, que muito vai depender das relações entre os EUA e demais países de comércio global.

Conclusão: Diante deste contexto, a decisão da Diretoria da Corretora, tomada no primeiro semestre de 2015, de desativação temporária de suas atividades de corretagem de ações mostrou-se mais do que oportuna, dado o desenrolar dos acontecimentos também no ano de 2016. As demais atividades da Corretora, em especial as de intermediação financeira, continuaram normalmente. A expectativa de que, com foco nestas atividades e na adequação de seus custos, a Corretora conseguiria obter resultados positivos a partir do segundo semestre de 2015, de fato ocorreu, registrando no exercício de 2016 um lucro de R\$ 3.079 mil.

São Paulo, 06 de março de 2017.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo Circulante	Nota	2016	2015
Circulante		17.364	11.263	Circulante		2.262	178
Disponibilidades	5	5	8	Outras obrigações		2.262	178
Aplicações interfinanceiras de liquidez		12.819	11.236	Fiscais e previdenciárias	8(a)	2.153	33
Aplicações no mercado aberto	6	12.819	11.236	Valores a pagar a sociedades ligadas	11	—	71
Outros créditos		4.539	18	Diversas	8(b)	109	74
Serviços prestados a receber	7	4.361	—	Patrimônio Líquido		16.220	13.141
Diversos		178	18	Capital social	10	15.000	15.000
Outros valores e bens		—	—	Reservas legal		61	—
Despesas antecipadas		1	1	Reservas de lucros		1.159	—
Realizável a longo prazo		823	1.585	Prejuízos acumulados		—	(1.859)
Outros créditos		823	1.585	Total do passivo e patrimônio líquido		18.482	13.319
Ativo fiscal diferido	9(b)	823	1.585				
Intangível		295	471				
Ativos intangíveis	12	878	878				
Amortizações acumuladas		(583)	(407)				
Total do ativo		18.482	13.319				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Outras reservas de capital	Reservas especiais de lucros	Reserva legal	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	15.000	314	—	15	(2.223)	13.106
Reconhecimento do plano baseado em quotas	—	24	—	—	—	24
Reversão do plano baseado em quotas	—	(338)	—	—	—	(338)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	349	349
Compensação do prejuízo acumulado	—	—	—	(15)	15	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15.000	—	—	—	(1.859)	13.141
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	3.079	3.079
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	61	(61)	—
Reserva especial	—	—	1.159	—	(1.159)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.000	—	1.159	61	—	16.220
Saldos em 30 de junho de 2016	15.000	—	—	—	(1.592)	13.408
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	2.812	2.812
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	61	(61)	—
Reserva especial	—	—	1.159	—	(1.159)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15.000	—	1.159	61	—	16.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") é uma empresa integrante do Grupo BR Partners e tem como objetivo complementar as atividades nas áreas de banco de investimento, renda fixa, câmbio, consultoria e assessoria financeira, bem como instituir a prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros, nos termos da Resolução nº 2.689.

O Grupo BR Partners constituiu a Corretora, sociedade de capital fechado no dia 10 de fevereiro de 2012 e recebeu autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil ("BACEN") no dia 8 de junho de 2012.

A BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. e indiretamente pela BR Advisory Partners Participações S.A., BR Partners Participações Financeiras Ltda. e BR Partners Holdco Participações Ltda.. As operações são conduzidas no conjunto das empresas integrantes do Grupo BR Partners. A matriz do Banco está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3355, na cidade de São Paulo. Em junho de 2015 iniciou-se o descredenciamento junto a BM&FBovespa no segmento Bovespa, permanecendo ativa no segmento de renda fixa. As demonstrações financeiras da Corretora foram aprovadas pela Diretoria em 1 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional ("CMN").

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Corretora podem incluir, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e ajustados a valor de mercado, apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da administração na categoria de "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, apresentados no ativo circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Os ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

d. Permanente

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Compostos basicamente por softwares, que são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso.

e. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) O CPC 01 (R1) – "Redução do Valor Recuperável de Ativos", aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, estabelece a necessidade das entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável do ativo intangível. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f. Passivo circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os encargos incorridos.

g. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN. As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos definidos na Resolução nº 3.823/09 do BACEN.

Contingências ativas

Não são reconhecidas contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas

São reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

São demandas judiciais que possam ser contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

i. Imposto de renda e contribuição social

Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo considerando o objeto social para exercer a atividade financeira:

	Alíquotas – %
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A contribuição social foi provisionada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável a sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9 (c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

j. Pagamentos baseado em quotas

A Corretora tem cinco programas de pagamento baseado em ações/quotas para os seus colaboradores elegíveis, onde a empresa recebe os serviços prestados e como contraprestação outorga às partes opções de compra de quotas da sua controladora indireta BR Partners Holdco Participações Ltda., a um preço de referência, aplicado um desconto percentual. O valor justo dos serviços dos colaboradores recebidos em troca da outorga de opções é reconhecido como despesas do exercício durante o período no qual o direito é adquirido. Durante este período, condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas de acordo com a política corporativa de remuneração variável "Plano do Grupo BR Partners de Opção de Compra de Participação Societária". A contrapartida da despesa registrada no resultado é contabilizada no Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 – Pagamento baseado em ações.

k. Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em sindicato.

As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado da Controladora e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. Essas despesas foram registradas na conta de "Despesas administrativas".

l. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

4. Processo de gestão de risco

a. Risco operacional

Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Corretora BR Partners realiza o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais através da estrutura existente no BR Partners Banco de Investimento S.A., sua controladora. A governança do Risco Operacional ocorre através de políticas, processos e metodologias corporativas e tem o objetivo de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. Os controles internos são fundamentais nesse processo. Eventuais pontos de não conformidade identificados são avaliados pelas áreas, podendo resultar em melhorias nos processos, metodologias e políticas. Os principais casos são reportados ao Comitê de Riscos e Compliance com o objetivo de garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição.

b. Risco de mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as operações sujeitas

seu mandato. Apesar de encerrar o ano com um ambiente mais favorável ao que começou e as perspectivas macro-econômicas para 2017 estarem bem melhores, o momento ainda é de cautela para novos investimentos por parte do empresário, onde será fundamental a aprovação das reformas propostas pelo governo e um ambiente externo menos volátil, que muito vai depender das relações entre os EUA e demais países de comércio global.

Conclusão: Diante deste contexto, a decisão da Diretoria da Corretora, tomada no primeiro semestre de 2015, de desativação temporária de suas atividades de corretagem de ações mostrou-se mais do que oportuna, dado o desenrolar dos acontecimentos também no ano de 2016. As demais atividades da Corretora, em especial as de intermediação financeira, continuaram normalmente. A expectativa de que, com foco nestas atividades e na adequação de seus custos, a Corretora conseguiria obter resultados positivos a partir do segundo semestre de 2015, de fato ocorreu, registrando no exercício de 2016 um lucro de R\$ 3.079 mil.

São Paulo, 06 de março de 2017.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
			2016	2015
Receitas de intermediação financeira				
Receita de operações com títulos e valores mobiliários		811	1.556	1.344
Resultado bruto da intermediação financeira		811	1.556	1.344
Outras receitas (despesas) operacionais		4.282	4.003	(1.087)
Receitas de prestação de serviços		5.085	5.085	1.522
Despesas de pessoal	13(c)	—	—	(1.175)
Outras despesas administrativas	13(b)	(255)	(493)	(1.547)
Despesas tributárias		(548)	(623)	(261)
Outras receitas operacionais		—	34	374
Resultado operacional		5.093	5.559	257
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		5.093	5.559	257
Imposto de renda e contribuição social		(2.281)	(2.480)	92
Imposto de renda	9(a)	(889)	(944)	(7)
Contribuição social	9(a)	(720)	(774)	—
Ativo diferido		(672)	(762)	99
Lucro do semestre/exercício		2.812	3.079	349
Número de ações		15.000	15.000	15.000
Resultado por lote de mil ações no final do semestre/exercício		0,1875	0,2053	0,023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
			2016	2015
Atividades operacionais				
Lucro/(Prejuízo) do semestre		2.812	3.079	349
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)		—	—	(314)
Reversão do plano baseado em quotas		—	—	(314)
Amortizações	12	88	175	175
Ativo fiscal diferido	9(b)	672	762	(100)
Lucro/(Prejuízo) ajustado		3.572	4.016	110
Variação de ativos e obrigações operacionais		—	—	295
(Aumento)/ diminuição de negociação e intermediação de valores		—	—	295
(Aumento)/ diminuição de outros créditos		(4.508)	(4.521)	(17)
(Aumento)/ diminuição de outros valores e bens		(3)	(5)	8
Aumento/ (diminuição) de outras obrigações		2.147	2.190	(436)
Impostos pagos		(76)	(100)	—
Imposto de renda		(47)	(59)	—
Contribuição social		(29)	(41)	—
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		1.132	1.580	(40)
Atividades de investimento		—	—	(17)
Aquisição de intangível		—	—	(17)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		—	—	(17)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.132	1.580	(57)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5	11.692	11.244	11.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5	12.824	12.824	11.244
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.132	1.580	(57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ao risco de mercado são mapeadas, mensuradas e reportadas diariamente para as áreas chaves da Corretora. O perfil de exposição ao risco de mercado da Corretora está alinhado às diretrizes estabelecidas pelo processo de governança, com limites monitorados de maneira independente. Esta estrutura atende aos requisitos mínimos legais e estão em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do CMN.

c. Risco de liquidez

A Corretora, através da estrutura existente no BR Partners Banco de Investimento S.A., sua controladora, realiza o gerenciamento de risco de liquidez que proporciona a permanente adequação do seu gerenciamento à natureza e complex



BR PARTNERS

BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 16.695.922/0001-09

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

8. Outras obrigações		b. Diversas		2016		2015	
a. Fiscais e previdenciárias				Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
Provisão para PIS e COFINS	2016	2015					
	214	6	Serviços técnicos especializados	27	-		
Provisão para ISS	221	-	Serviços de processamento de dados	-	1		
Taxa de fiscalização CVM	-	20	Publicação de balanço	82	73		
Provisão para Impostos e Contribuições Sobre Lucros	1.718	7	Total	109	74		
Total	2.153	33					

9. Imposto de renda e contribuição social		2016		2015	
a. A tributação sobre o resultado do exercício está demonstrada abaixo:		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IR/CSLL-deduzido das participações nos lucros		5.559	5.559	257	257
Alíquota (25% de IR e 20% de CSLL)		(1.355)	(1.112)	(40)	(51)
Adições/Exclusões Permanentes		(1)	(1)	11	9
Adições/Exclusões Temporárias		8	7	45	36
Compensação de prejuízo fiscal		404	332	2	2
Efeito do adicional		-	-	(22)	-
Efeito da majoração no corrente – Nota 3(i)		-	-	-	1
Total do imposto de renda e contribuição social		(944)	(774)	(4)	(3)
Ativo fiscal diferido		(423)	(339)	(48)	(39)
Efeito da majoração no diferido – Nota 3(i)		-	-	-	186
Total do imposto de renda e contribuição social		(1.367)	(1.113)	(52)	144

b. Composição e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:		Saldo em 31/12/2015	Cons-tituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Diferenças temporárias		65	75	(90)	50
Prejuízo fiscal		1.520	-	(747)	773
Total		1.585	75	(837)	823

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias:		Previsão de Realização	Valor presente
2017		237	210
2018		220	173
2019		261	181
2020		105	66
Total		823	630

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação do CDI.

A administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até 10 anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social
O capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 cada uma. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 2015).

b. Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c. Reservas de lucros
A reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio
Ao fim de cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não cumulativo correspondente à totalidade do lucro líquido ajustado, podendo a diretoria informar aos acionistas, com exposição justificada e aprovada por unanimidade em Assembleia Geral, deixar de distribuir lucros ou reter em reservas conforme a situação financeira da Corretora.

11. Transações com partes relacionadas

a. Transações e saldos
As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações entre partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e a ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

Aplicações em depósitos interfinanceiros		2016		2015	
Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
BR Partners Banco de Investimento S.A.	12.819	811	11.236	1.354	
Valores a receber	-	-	5	-	-
BR Partners Banco de Investimento S.A.	-	-	5	-	-
Valores a pagar	-	(73)	71	(553)	-
BR Partners Banco de Investimento S.A. ⁽¹⁾	-	(73)	71	(553)	

(1) Refere-se ao pagamento de despesas administrativas entre empresas do Grupo BR Partners em função da utilização de estrutura comum.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração
A remuneração e encargo do pessoal-chave da administração é representado pela sua diretoria estatutária e encontra-se registrada na linha despesas de pessoal. Não houve remuneração durante o exercício de 2016 (R\$ 17 em 2015).

12. Ativos intangíveis		Licença de uso e software
Em 31 de dezembro de 2014		629
Adições		17
(-) Amortização		(175)
Em 31 de dezembro de 2015		471
Adições		-
(-) Amortização		(176)
Em 31 de dezembro de 2016		295

13. Outras informações
a. Não há registro de processos judiciais de natureza tributária, cível ou trabalhista em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b. Outras despesas administrativas		2016	2015
Comunicações		-	191
Processamento de dados		16	327
Publicações		95	118
Serviços de terceiros		-	66
Serviços técnicos especializados		59	-
Contrato de rateio – despesas administrativas		133	553
Outras		15	117
Amortização		175	175
Total		493	1.547

c. Despesas de pessoal
Não houve pagamento de despesas de pessoal durante o exercício de 2016 (R\$ 1.173 em 2015).

d. Seguros
O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de prêmio contratado pelo Grupo totalizava R\$ 11 (R\$ 11 em 2015), e a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vídios	10
	Derrame vazamento de sprinkles	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600

A DIRETORIA

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2017.

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6

Cláudio Rogério Sertório
Contador
CRC 1SP 212.059/O-0

www.brap.com.br

DCI. A MELHOR RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO QUANDO O ASSUNTO É PUBLICIDADE LEGAL

Acesse: dci.com.br/publicidadelegal

Ligue: 11 5095-5300

DCI Diário Comércio Indústria & Serviços

DCI. EFICAZ EM PUBLICIDADE LEGAL.